

COMISSÃO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO

A CONJUNTURA ALIMENTAR
E O
PROBLEMA DE NUTRIÇÃO NO BRASIL

PLANO GERAL DE TRABALHO — 1953/4

Biblioteca MS



10001029498

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Rio — 1953



COMISSÃO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO

A CONJUNTURA ALIMENTAR
E O
PROBLEMA DE NUTRIÇÃO NO BRASIL

PLANO GERAL DE TRABALHO — 1953/4

BIBLIOTECA Ministério da Saúde	
Registro ML0614	Aquisição Doação R\$10,00
Data 15/10/79	e. 1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Rio — 1953

MT
613.2
C433c

BIBLIOTECA	
MINISTÉRIO DA SAÚDE	
REGISTRO	DATA
F 614	15/10/79
PREÇO	D 22,9

10001029498
Tempo: M7
23 04/12

APRESENTAÇÃO

A COMISSÃO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO, por meio de inquéritos, levantamentos estatísticos e outros instrumentos de análise, assim como através das sugestões de suas Subcomissões e Assessoria Técnica, chegou à conclusão da necessidade de ser formulado um "Plano Geral de Ação", visando minorar os efeitos da escassez alimentar sôbre o estado de nutrição das coletividades.

Considerando que, para a execução dêste Plano, devem ser mobilizadas tôdas as forças vivas da Nação, e que sômente criando-se uma consciência nacional da gravidade do problema será possível a obtenção dos recursos financeiros e humanos indispensáveis a tal empreendimento, a CNA julgou de utilidade a divulgação dêste trabalho.

É objetivo, pois, desta publicação, não a propaganda precoce de iniciativas futuras ou de ilusões teóricas, mas a mobilização consciente do interêsse coletivo para a solução de um dos problemas mais graves do país: o problema da subnutrição.

Esperamos que todos aquêles que detêm uma parcela de responsabilidade na vida da Nação possam encontrar neste documento alguma indicação capaz de despertar a sua atenção, captar a sua simpatia e obter a sua colaboração, na tarefa urgente e indispensável da melhoria do estado de nutrição do povo brasileiro.

JOSUÉ DE CASTRO

Presidente da CNA

PLANO GERAL
(1953 — 1954)



I — POLÍTICA GERAL DO PLANO.

EXISTE sempre uma tendência nos círculos especializados a sobrestimar a importância dos assuntos de que se ocupam, considerando-os acima dos demais, por julgá-los isoladamente, sem relacioná-los aos aspectos gerais dos problemas.

A Comissão Nacional de Alimentação, porém, ao afirmar que a subnutrição deve ser considerada como o problema n.º 1 de Saúde Pública do Brasil, sente-se muito segura ao fazê-lo, porquanto é tarefa relativamente simples demonstrar a veracidade desta assertiva.

Com efeito, se se atentar para os índices de saúde ou, como já foi dito, “da falta de saúde” do povo brasileiro, é fácil constatar-se que as causas de morbidade e mortalidade em nosso país estão diretamente relacionadas, na maior parte, com os fatores nutricionais.

Assim, os elevados índices de mortalidade infantil, que tanto nos diminuem no consenso dos povos civilizados, são determinados, principalmente, segundo a opinião de nossos pediatras, por perturbações nutritivas.

A tuberculose, grande ceifadeira da juventude do Brasil e da população em geral, é o último capítulo de um estado de subnutrição crônica. Em verdade, é co-

nhecimento primário que o bacilo de Koch, hóspede habitual de nosso organismo, só desperta para a invasão e a virulência quando encontra as barreiras de nossas defesas enfraquecidas pelas múltiplas carências nutritivas.

É doença de nutrição o bócio endêmico, que inferioriza física e intelectualmente grande parte da população brasileira que vive nas terras elevadas do planalto central e montanhas adjacentes. São doenças de carência a pelagra, o escorbuto, o beri-beri, a xeroftalmia, que, embora não se apresentem com freqüência entre nós com seus quadros sintomáticos completos, atingem, sob formas frustas, incidências elevadíssimas nas coletividades pobres do país.

Entre as próprias endemias rurais assinala-se destacadamente a presença das carências nutritivas, porquanto a opilação, sangria contínua a que está submetida a grande massa dos nossos rurícolas, no conceito da moderna ciência médica brasileira, é fundamentalmente determinada pela deficiência de ferro necessário à construção dos glóbulos vermelhos.

Entretanto, ainda não representam estes grupos o grosso do exército nacional dos subnutridos. A grande maioria está presente em tôda parte, embora usando uniformes menos conspicuos do que aquêles já descritos, mas nem por isso capazes de passarem despercebidos a olhos alertas. Dêle fazem parte milhares de crianças desnutridas, tipos bem conhecidos de todos nós, franzinas, exangues, de pernas finas e tortas, como que encurvadas pelo pêso excessivo de seus ventres abaülados, componentes habituais dos quadros de favelas e de bei-

ra de estradas, tão comuns que há quem as olhe sem vê-las, como se fôsem um detalhe inexpressivo da paisagem. Mais adiante, se sobrevivem ao naufrágio alimentar que as envolve, podem ser vistas agrupadas nos bancos escolares. Lá estão — mirradas, desatentas, desinteressadas —, com alguma coisa indefinida que as aflige e as consome e de que não sabem livrar-se. É fácil, contudo, diagnosticar o mal — a fome.

São êstes mesmos indivíduos que, ao atingir a adolescência, vão constituir os 70% do total de incapazes, rejeitados anualmente pelas Fôrças Armadas. Seu aspecto físico não mudou muito — pequenos, descarnados e pálidos. Modificou-se apenas a enorme barriga que afundou inteiramente, deixando uma escavação mais ou menos pronunciada em seu lugar. Aquêles pêsos, porém, por tantos anos carregado, traçou anomalias e definitivas deformações na ossatura, as quais os acompanharão por tôda a existência.

Começa, então, a fase em que, desarmados da proteção alimentar, enfrentam êles o embate árduo do trabalho e da vida. Dispersados pelos campos e pelas cidades, consumindo na luta diuturna as energias que não podem acumular por insuficientes e por lhes faltar o arcabouço que se constrói sobretudo durante a infância e a juventude, vão caindo aqui e ali, amortalhados as mais das vêzes sob a legenda espetacular da tuberculose. Aquêles que resistem e continuam vivos seguem sem rumo, com um desgaste biológico tremendo, a curta trajetória de suas vidas: são os sub-homens, das sub-raças, das chamadas áreas subdesenvolvidas. São

estas as regiões de produção deficiente, de economia rudimentar e de desenvolvimento sócio-cultural retardado.

Fecha-se dêste modo um círculo vicioso, cujo aro, forjado por esta liga de subnutrição e subprodução, estrangula as aspirações e iniciativas de progresso e libertação de nosso povo.

Não tem a CNA, neste rápido bosquejo do estado nutritivo da maior parte da população brasileira, a intenção de focalizar novamente o problema nacional da fome. A fome no Brasil já é um velho tema, dramatizado sob várias formas e em diversas oportunidades. Entretanto, como as exposições quase alarmistas, que já se têm feito entre nós sobre a fome, não conseguiram ainda concentrar as energias vivas da Nação no sentido de se obter uma radical solução para o assunto, o que pretende a CNA, neste rápido bosquejo do estado nutritivo da maior parte da população brasileira, é positivar o lugar da subnutrição como problema de Saúde Pública — e, mais do que isso, como problema n.º 1 de Saúde Pública no Brasil, — sem deixar de considerá-lo, ao mesmo tempo, problema de base, problema relacionado à estrutura sócio-econômica do país.

O reconhecimento da importância dêste princípio é fundamental para o estabelecimento de uma política nacional não só de higiene alimentar como também de saúde pública em geral, porquanto ambas se identificam e se harmonizam na maior parte de suas finalidades.

A verdade é que não é mais possível relegar para um plano secundário, nos programas de saúde, os pro-

blemas de alimentação, como tem sido feito até agora. Duas razões fortes impõem uma mudança de atitude em face da realidade social brasileira. A primeira é o reconhecimento universal de que a saúde pública é sempre um produto da estrutura econômica e que os programas de saúde só darão resultados se forem estruturados em harmonia com as disponibilidades econômicas da Nação.

Planejar grandes empreendimentos técnicos e hospitalares para combate a endemias largamente disseminadas, num país acossado pelo pauperismo crônico, constitui uma miopia administrativa de graves consequências para o bem-estar da coletividade. A verdade é que estas obras suntuárias e as mais das vezes inoperantes cada vez mais depauperam a economia desgastada do grosso de nossas populações, que indiretamente as mantêm. Sobre este aspecto convém mesmo referir o que foi há pouco divulgado em relatório sobre o problema de saúde pública, realizado pela Comissão Nacional de Bem-Estar Social:

“O ponto de vista da subcomissão, que reflete o pensamento de médicos de saúde pública, obrigados pelas suas responsabilidades de administradores a olhar o problema da saúde ao lado dos demais aspectos do conjunto da vida nacional, decorre de que lhe parece acertado deverem as despesas com os serviços de assistência médica em cada país limitar-se a determinada percentagem da renda nacional, o que ultrapassa desse limite só podendo trazer prejuízo à coletividade.

Constituindo a Renda Nacional o conjunto de bens de consumo e produção e serviços de que dispõe uma nação, é lógico que com ela terão de ser atendidas tôdas as necessidades da população: alimentação, habitação, vestuário, educação, assistência médica, diversões, bem como os investimentos necessários à substituição das máquinas e equipamentos gastos, e outros novos investimentos, dos quais, em última análise, está a depender o progresso do país.

Nestas condições, desde que se realizem despesas excessivas com qualquer dos itens chamados de superestrutura, como é o caso da assistência médico-sanitária, outras parcelas terão que sofrer redução das disponibilidades que normalmente lhe deveriam ser destinadas.

Quando essa redução se reflete sôbre alimentação, habitação e vestuário, a massa do povo sente imediatamente os resultados de tal desequilíbrio, muito mais dolorosos que a falta de maior desenvolvimento dos serviços médicos.

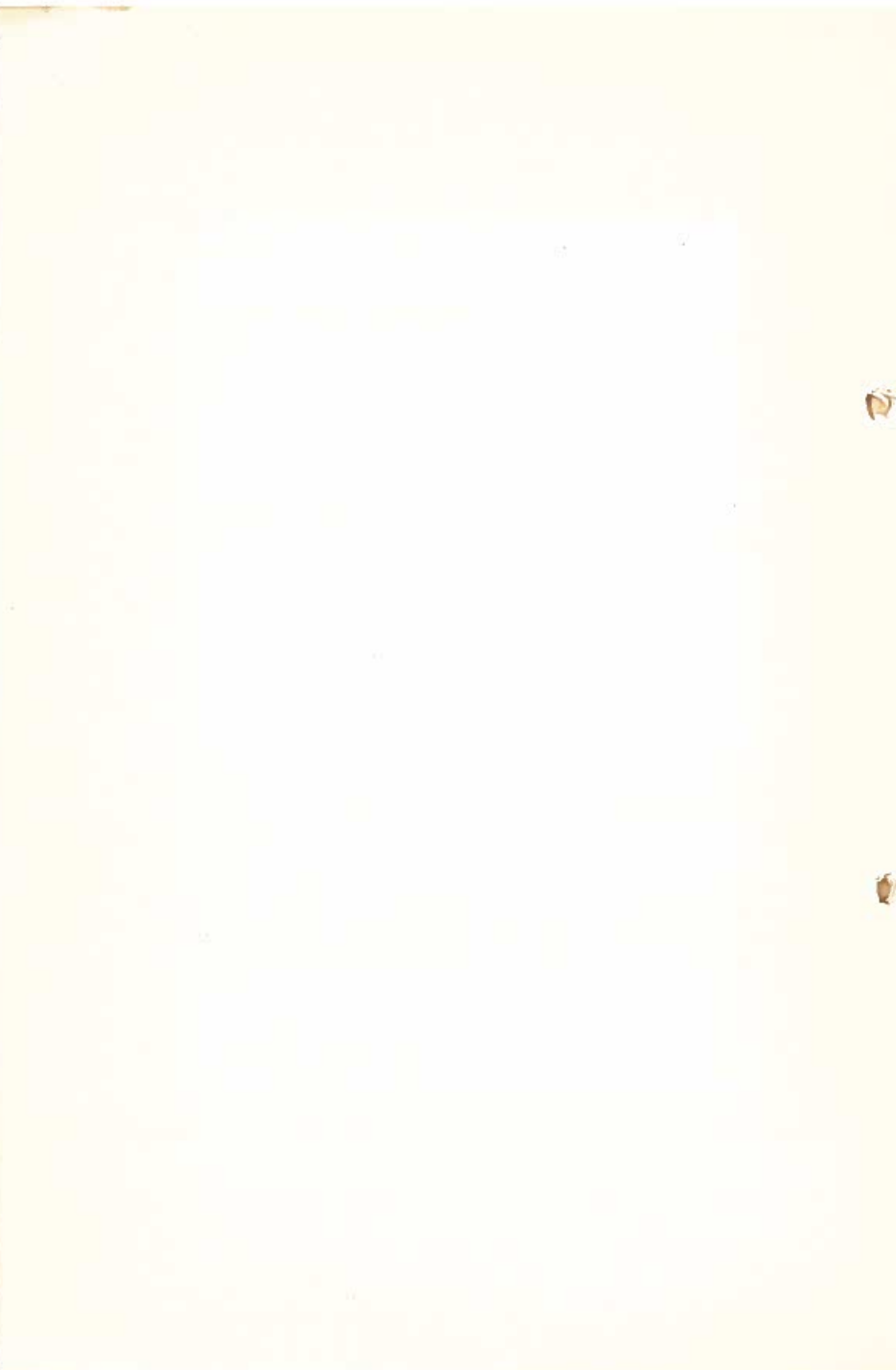
Quando a redução se opera nos capitais destinados a investimentos, sofre o país, e conseqüentemente o povo, da falta de incremento da produção em geral”.

A razão que impõe uma maior atenção ao problema alimentar é o reconhecimento de que é possível promover-se a profilaxia inespecífica de inúmeros males e doenças pelo uso de uma alimentação racional. Esta profilaxia bem mais natural e certamente mais efetiva

do que a higiene clássica, através dos métodos de isolamento e combate ao contágio, se faz pelo reforço da resistência orgânica pelo uso de uma alimentação equilibrada.

Verifica-se, assim, que não só a alimentação precária é um dos mais graves problemas de saúde pública em nosso país, mas também que uma política de higiene alimentar bem orientada constitui uma das armas mais potentes de que dispomos para lutar contra as doenças que inferiorizam os nossos grupos humanos, degradando a sua capacidade produtiva.

Esta união de doutrina permitirá atacar prontamente a grande inimiga do progresso nacional — a subnutrição —, rompendo desse modo o círculo vicioso dentro do qual se debate grande parte da nação, que então revigorada em seu potencial biológico encontrará as energias necessárias à efetivação de sua reestruturação sócio-econômica, capaz de alçá-la às culminâncias do progresso, idealizadas nos justos anseios de nosso povo.



II — A CONJUNTURA ALIMENTAR.

UMA das mais graves conseqüências da “crise de crescimento” que vem atravessando o país nestes últimos tempos, fruto de sua rápida industrialização, é, sem dúvida alguma, o agravamento da crise alimentar nacional. Esse fato não é incomum na história dos povos, pois tem ocorrido tôdas as vêzes que uma nação modifica as bases do seu sistema econômico.

Assim, a passagem de um regime predominantemente agrário para um outro de preponderância industrial tem acarretado sérias perturbações à situação alimentar dos países em que isto se verifica, as quais se traduzem, sobretudo, por um desequilíbrio entre a produção de gêneros alimentícios e as necessidades do consumo, com a conseqüente elevação dos preços.

Entre as causas que explicam o fenômeno está a diminuição progressiva do número de indivíduos dedicados à produção de gêneros alimentícios. Em verdade, as atividades rurais de onde provém a maior parte de nossos alimentos são, em geral, mal remuneradas por variadas razões e, em conseqüência, qualquer outra que surja, sobretudo o desenvolvimento de novas indústrias,

atrai facilmente o trabalhador, que passa, então, a ganhar mais, porém, por outro lado, a alimentar-se pior.

O êxodo rural de um lado, diminuindo a produção, e de outro lado o crescimento das cidades, aumentando o consumo, torna os alimentos dia a dia mais escassos e mais caros, e a corrida entre salários e preços que logo se estabelece pende sempre em detrimento do consumidor.

Além disso, essa transição econômica também ocasiona uma verdadeira revolução nos hábitos alimentares e no suprimento nutritivo dos diferentes núcleos da população.

Os grupos rurais que se deslocam para os centros urbanos deixam os seus alimentos frescos, rústicos, porém nutritivos, para usar os produtos industrializados, de melhor aspecto, mas as mais das vezes empobrecidos em seus princípios minerais e vitamínicos.

Os habitantes das cidades por sua vez diminuem o consumo dos alimentos "protetores", tais como o leite, o queijo, a carne, os ovos, as frutas e verduras, que escasseiam nos mercados, por serem de mais cara produção e mais difícil conservação.

Funestas são as conseqüências desta situação no estado nutritivo das coletividades, cujo padrão se rebaixa progressivamente, à medida que se prolonga a crise, fenômeno tanto mais grave quanto se sabe que os setores onde mais intensamente se fazem observar os efeitos do deficit alimentar são os chamados grupos sensíveis, entre os quais se incluem as gestantes, as nutrízes e as crianças.

Estes grupos se encontram, realmente, num período biológico de intensiva construção orgânica e as suas necessidades alimentares aumentadas contrastam com a diminuição das disponibilidades de gêneros alimentícios dos mercados, patenteando-se mais uma vez a decisiva influência do fator econômico sobre a saúde e o bem-estar dos indivíduos.

A solução da crise alimentar brasileira está na dependência, sobretudo, como é do conhecimento de todos, de uma reforma básica das estruturas econômica e agrária do país, de modo a que se restabeleça o equilíbrio entre as disponibilidades de terra e a mão de obra, entre as atividades agrícolas e as industriais, entre a produção e as necessidades do consumo dos gêneros alimentícios, ao mesmo tempo em que, elevando-se o padrão de vida da população, possa a mesma, através de uma educação alimentar conveniente, usufruir das vantagens que a moderna ciência da nutrição põe a seu alcance.

Entretanto, a solução do problema econômico não é tarefa simples, nem de pronta execução, não sendo possível, diante da gravidade dos sintomas biológicos da crise alimentar, aguardar-se passivamente aquela evolução natural.

O agravamento da incidência de certas carências nutritivas, reveladas nos últimos inquéritos entre nós realizados, verificado, sobretudo, em certas áreas do Brasil e nos seus grupos mais sensíveis, está a demandar providências urgentes do governo, pois, mais do que qualquer outro fator, a desnutrição está contribuindo para um rápido desgaste dos nossos recursos humanos.

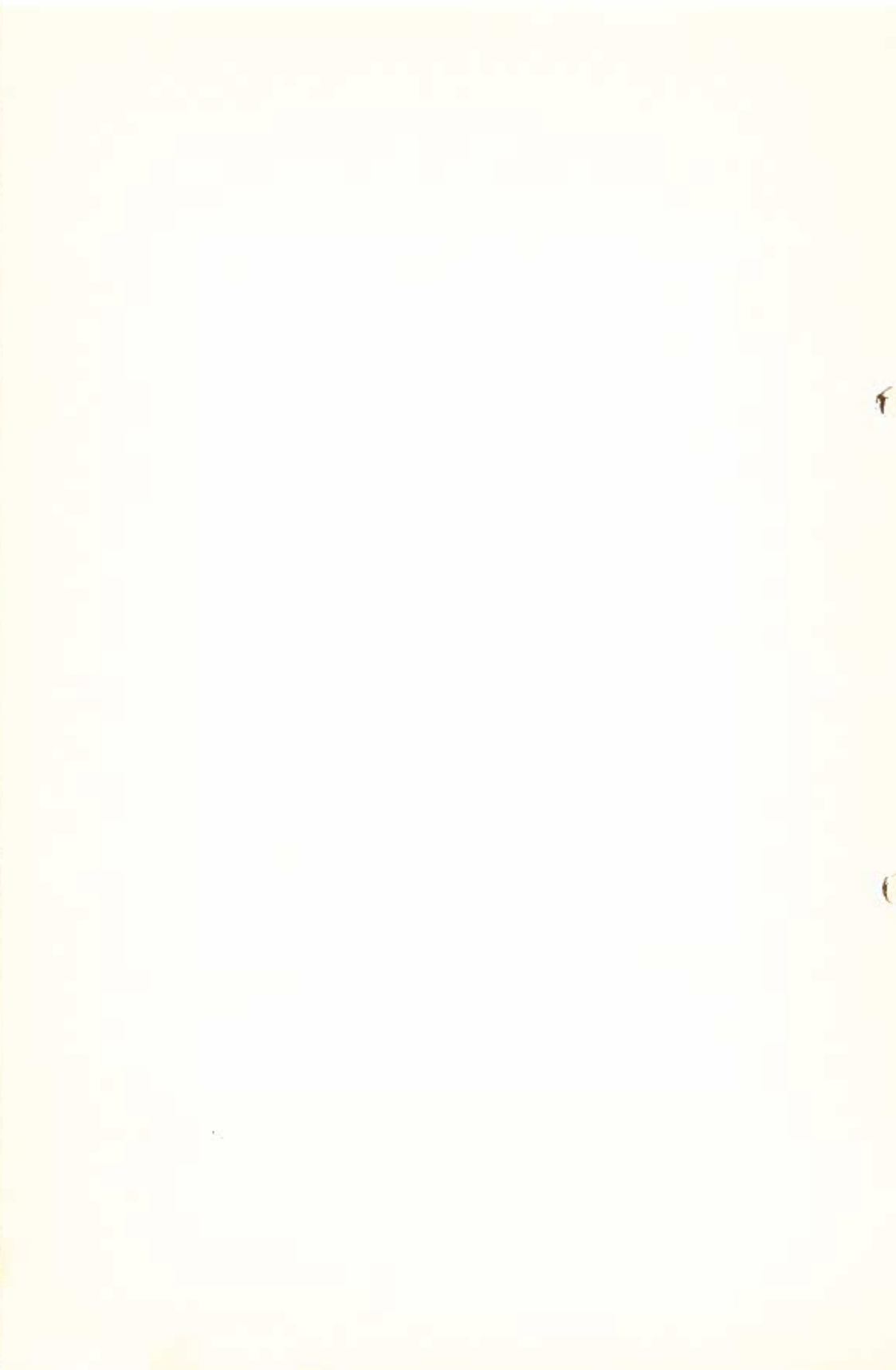
Além disso, estamos diante de um verdadeiro círculo vicioso, pois, se o desenvolvimento econômico insuficiente do país e a sua própria evolução são as principais causas da subnutrição generalizada e o seu consecutivo agravamento, a subnutrição, por sua vez, contribui em grande parte para a intensificação da crise econômica, porquanto um povo mal nutrido não pode ter a mesma capacidade de trabalho e de produção de um outro que se alimenta convenientemente. Para romper-se êste círculo, é mais fácil e de resultados mais rápidos, pelo menos inicialmente, fazê-lo atacando-se diretamente o problema nutricional, embora seja indispensável para um êxito duradouro que ao mesmo tempo, ou logo a seguir, outros se ocupem do aspecto econômico da conjuntura.

A CNA, dentro de suas funções regulamentares de "órgão incumbido de assistir o Govêrno na formulação da política nacional de alimentação", sente-se no dever de mais uma vez alertá-lo para a gravidade da crise alimentar, propondo, ao mesmo tempo, as medidas que se seguem, as quais devem ser consideradas como um programa de emergência, destinado a diminuir os efeitos daquela crise sôbre o estado nutritivo da população, protegendo, sobretudo, os grupos sensíveis já mencionados. A CNA julga, pois, êste um plano limitado ao campo da nutrição nacional.

Em conseqüência, e considerando a amplitude do campo de ação na qual se desenvolverá o programa a ser proposto, sobretudo em relação aos limitados recursos disponíveis, tanto econômicos como de natureza téc-

nica, a CNA julga conveniente desdobrar o seu plano de ação em duas fases:

- 1.^a — Uma “Fase Preliminar”, de ação circunscrita a determinadas áreas e grupos da população, na qual serão empregados e apurados os mais modernos métodos de melhoramento das condições de nutrição de coletividades. Nesta fase ainda serão assentadas as bases para o desenvolvimento de outros fatores que possam contribuir para a solução definitiva da crise alimentar, entre as quais a instalação de novas indústrias de alimentação, capazes de incentivar a produção dos gêneros mais aconselháveis, multiplicando as suas disponibilidades para o consumo.
- 2.^a — Uma “Fase de ação geral”, na qual os ensinamentos e a experiência acumulados na fase anterior serão aplicados a tôda a população, concentrando-se os esforços nesse sentido numa “Campanha Nacional de Alimentação”.



III — PLANO DE AÇÃO — Fase Preliminar (1953).

A "FASE PRELIMINAR" do Plano Geral de Ação da CNA deverá ter início nos primeiros dias do ano de 1953, devendo encontrar-se, ao concluir-se êste ano, com todos os seus objetivos praticamente concretizados, a fim de se tornar possível o lançamento da Campanha Nacional projetada para 1954.

A amplitude e a complexidade do nosso problema alimentar exige que não sòmente técnicos e profissionais especializados em Nutrologia e ciências afins participem da execução do plano, como também nêle colaborem, com interêsse e conhecimento, as autoridades governamentais e a própria população a ser beneficiada.

Um dos objetivos principais desta fase preliminar será o de mobilizar as fôrças vivas do país para o combate à subnutrição. Para fazê-lo, em vista de atravessarmos, no momento, uma fase de desânimo popular, no qual as palavras e as promessas pesam bem pouco, a CNA se propõe a objetivar concretamente as vantagens que uma política alimentar bem orientada pode trazer à coletividade brasileira, escolhendo como campo de atividade, para esta demonstração, os grupos de popula-

ção mais atingidos pela crise alimentar e as áreas do país mais representativas das situações de carência nutricional.

Esquemáticamente, este será o programa a ser executado:

Fase preliminar

(Esquema)

1 — PLANO DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO ALIMENTAR À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA.

A — Inquérito sobre Desnutrição Infantil

B — Programa Nacional de Merenda Escolar

a) Plano de Assistência e Educação Alimentar ao Escolar.

b) Projeto de criação de um "Fundo Nacional de Merenda Escolar".

C — Programa de Assistência Alimentar aos Estudantes de Cursos Secundário e Superior.

2 — PLANOS REGIONAIS DE POLÍTICA ALIMENTAR.

a) Área Demonstrativa na Amazônia

b) Área Demonstrativa no Sertão do Nordeste

c) Área Demonstrativa na Baixada Fluminense

d) Área Demonstrativa no Planalto Central.

3 — PLANOS DE TECNOLOGIA ALIMENTAR.

(Métodos e Meios para melhorar rapidamente o estado nutritivo da população do país).

Centro de Pesquisas sôbre Enriquecimento de Alimentos.

- a) Projeto para a determinação de processos e fórmulas para o enriquecimento natural dos alimentos.
- b) Projeto para enriquecimento da farinha de mandioca.
- c) Projeto para enriquecimento de outros alimentos, tais como milho, arroz e trigo.
- d) Projeto para enriquecimento do sal em iôdo, para combate ao bócio endêmico.
- e) Projeto para enriquecimento do leite com vitaminas lipossolúveis A e D.
- f) Projeto para combate à anemia ancilostomática pelo enriquecimento de dietas em ferro.
- g) Projeto para administração de cloreto de sódio e tiamina a operários, a fim de diminuir os efeitos do calor e da fadiga.

(Sôbre cada um dêstes projetos a CNA preparou um documento de base que servirá de roteiro à sua execução).

4 — PLANOS DE ESTUDOS.

A — *Plano de estudos para a criação de novas indústrias alimentares e fomento à produção de alimentos de alto valor nutritivo.*

B — *Plano de Estudos Sobre Alimentação e Defesa Nacional.*

JUSTIFICATIVA

1 — *Plano de Assistência e Educação Alimentar à Infância e à Adolescência.*

As exigências nutritivas na infância e na adolescência são relativamente bem maiores do que na idade adulta, porquanto naqueles períodos biológicos o organismo se encontra em intensa fase de construção orgânica para seu crescimento e desenvolvimento.

A incidência de erros alimentares quantitativos ou qualitativos nesta fase pode determinar alterações somáticas ou perturbações funcionais, tais como desvios ponderáveis e estaturais, disfunções endócrinas, hemopatias etc., que às vezes acompanham o indivíduo por toda a vida, inferiorizando-o irremediavelmente.

Nas épocas de crise alimentar, os sinais e sintomas das carências manifestam-se com maior frequência e em primeiro lugar nas crianças e nos adolescentes; donde a prioridade de atenção que estes grupos devem merecer em tais circunstâncias.

Considerando que no Brasil o Departamento Nacional da Criança desenvolve atualmente ativa campanha

de amparo e assistência à maternidade e à infância, sobretudo até o período pre-escolar, na qual se incluem cuidados alimentares, a CNA resolveu, nesta fase preliminar, concentrar suas atividades na alimentação dos escolares e estudantes em geral, realizando, também, em cooperação com pediatras nacionais, inquéritos sobre a incidência, entre nós, da chamada Desnutrição Infantil Grave ou Kwashiorkor.

A — *Inquérito sobre Desnutrição Infantil* — Este inquérito, que visa apurar a incidência e as características da Desnutrição Infantil Grave entre nós, está em sua fase de apuração final, estendendo-se a todo o Brasil. De sua realização participam, além da CNA, organismos internacionais como a FAO e a WHO, colaborando nêles pediatras e nutrólogos de todos os Estados e Territórios.

Os dados obtidos serão mais um elemento de avaliação do estado nutritivo do povo brasileiro, com indicação sobre a distribuição e gravidade do problema nas várias regiões do país.

B — *Programa Nacional de Merenda Escolar* — As numerosas pesquisas até agora realizadas entre nós, sobre grupos de alunos das escolas públicas, são unânimes em salientar o quanto é grave o estado de subnutrição revelado nas amostras examinadas. De Norte a Sul foram constatadas profundas alterações do padrão nutritivo considerado normal para a idade escolar, sendo que apenas na região sul a situação não chega às raias da calamidade, como acontece nas demais regiões.

Em 1940, o Dr. Thomas Parran, Diretor do Serviço de Saúde Pública dos Estados Unidos, referindo-se à



situação alimentar dos escolares norte-americanos, assim se expressou: "Estamos perdendo dinheiro, tentando educar crianças subnutridas. Elas não podem assimilar os ensinamentos, atrasam as classes, requerem um tempo extra dos professores e repetem os ciclos. É isto uma estupidéz dispendiosa, porém o seu custo imediato para o nosso sistema educacional nada representa comparado com o custo final para a nação. Cêrca de nove milhões de escolares não estão recebendo uma dieta adequada para sua saúde e bem-estar. É a *desnutrição a nossa maior fonte de doenças*. Como um peixe quase fresco, uma dieta quase adequada não é bastante. Um plano para alimentar estas crianças devidamente pagaria incalculáveis dividendos".

Tais palavras ajustam-se exatamente ao caso brasileiro, com a diferença, apenas, de que, infelizmente, não temos ainda 9 milhões de escolares.

Entre as medidas recomendadas pela ciência nutrológica para minorar esta situação, destaca-se a instituição da chamada "Merenda Escolar", cuja eficiência vem sendo comprovada em vários países.

Através da "Merenda Escolar" devem receber as crianças uma suplementação alimentar capaz de corrigir, pelo menos em parte, as deficiências do cardápio de seus lares. Além dêsse aspecto assistencial, a instituição da merenda proporciona uma excelente oportunidade para o desenvolvimento de atividades de educação alimentar, tão importantes para a formação de bons hábitos.

Conquanto já venha sendo praticada em muitas escolas do Brasil, a Merenda, além de não se estender a

tôdas as unidades escolares, nem sempre se realiza dentro das normas técnicas e administrativas recomendáveis, devido, sobretudo, à deficiência dos recursos financeiros disponíveis.

O Programa Nacional que a CNA pretende executar visa, justamente, “racionalizar os programas de merenda escolar já existentes e estendê-los a todo o país”, dando-lhes orientação técnica e assistência econômica. Esta última deverá ser atendida através dos recursos de um “Fundo Nacional de Merenda Escolar”, cuja criação deverá ser proposta pelo Governo.

C — *Programa de Assistência Alimentar dos Estudantes de Cursos Secundário e Superior* — Constitui também matéria de urgência, no plano de ação da CNA, a assistência alimentar aos demais grupos da juventude brasileira, sobretudo àqueles que, devido aos estudos em que estão empenhados, dispendem maiores energias, tendo também suas exigências nutritivas aumentadas pelo período biológico que atravessam, principalmente os que se acham na fase pubertária.

De uma juventude sadia e culta depende o futuro da nacionalidade, e nesse sentido é indispensável o concurso de uma boa alimentação.

O programa de assistência inclui, entre outras medidas, a organização e orientação técnica de cantinas e refeitórios estudantis, a obtenção de descontos para estudantes nos restaurantes comerciais, campanhas educacionais adaptadas ao nível cultural dos diferentes setores, etc.

2 — Planos Regionais de Política Alimentar.

O POLIMORFISMO geo-cultural das diversas áreas naturais do país, agravado pela extensão do seu território e pelo ganglionamento e dispersão dos seus núcleos populacionais, não permite o estabelecimento de uma política alimentar uniforme, capaz de satisfazer convenientemente às necessidades de tôdas as suas regiões.

Conquanto assentada em bases comuns, esta política tem que sofrer, em vários aspectos, as adaptações exigidas pelas peculiaridades de cada região.

A CNA, na impossibilidade de abranger em seu plano de ação, nesta fase preliminar, tôdas as regiões do país, selecionou 4 grandes zonas, nas quais, em áreas escolhidas, serão desenvolvidos "Planos Regionais de Política Alimentar", que se ajustarão às realidades práticas, fornecendo bases seguras para uma posterior extensão desses planos a todo o país.

Nestas "Áreas Demonstrativas", localizadas na Amazônia, Sertão do Nordeste, Baixada Fluminense e Planalto Central, serão executados projetos de assistência técnica e de pesquisas, dentro do seguinte esquema de trabalho:

I

INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR

Execução das seguintes pesquisas indispensáveis ao conhecimento da situação alimentar e nutricional da região:

- 1 — Classificação e análise dos recursos alimentares
- 2 — Inquérito sôbre hábitos alimentares

- 3 — Inquérito de avaliação do estado nutritivo
- 4 — Inquérito sócio-econômico da população
- 5 — Condições locais de abastecimentos de gêneros alimentícios.

II

PROGRAMA DE TRABALHO

Programa que se ajustará às características e necessidades de cada região:

1 — Programa educativo

- Produção e industrialização local de alimentos
- Seleção de alimentos
- Produção e preservação domésticas
- Utilização racional (técnica e econômica)
- Economia doméstica (aplicada à alimentação)

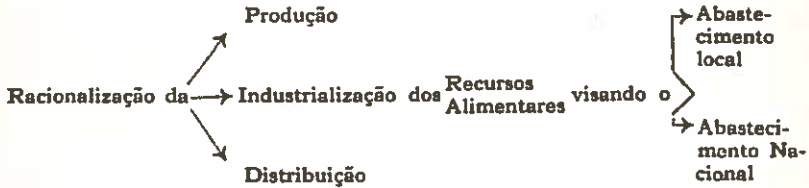
2 — Programas de Assistência Alimentar

- Enriquecimento de Alimentos
- Adição de minerais, vitaminas e proteínas a alimentos básicos (Enriquecimento artificial)
- Associação racional de alimentos para complementação natural (Enriquecimento natural)
- Merenda Escolar
- Distribuição direta de gêneros alimentícios
- Venda de gêneros a baixo preço
- Outras formas de assistência.

III

ESTUDOS PARA RECOMENDAÇÕES

(Tendo em vista os interesses da Política Alimentar).



Os planos descritos terão como objetivos principais:

- a) demonstrar a possibilidade de aplicação prática e as vantagens de medidas científicas no sentido de melhorar o estado nutritivo das coletividades;
- b) obter por essas medidas sucessos rápidos e convincentes, capazes de atrair a atenção da opinião pública sobre o problema e estimular o interesse dos governantes em sua solução;
- c) comparar, sob diferentes aspectos, os resultados obtidos com as diversas medidas, como, por exemplo: quanto ao custo e condições de aplicação, receptividade pelas populações, tempo de aparecimento dos efeitos, características qualitativas e quantitativas dos mesmos, influência dos diversos fatores correlacionados ao problema alimentar, além de outros;
- d) facilitar o treinamento de técnicos e profissionais que, especializados nos institutos urbanos, virão de todo o país observar e aplicar prática-

mente os conhecimentos adquiridos nos cursos e laboratórios, habilitando-os, de regresso a seus Estados, a estabelecer e dirigir centros semelhantes. Estas facilidades poderão ser estendidas a técnicos das nações vizinhas, sempre que houver conveniência nesse sentido;

- e) aproveitar a frequência de sinais e sintomas de carências alimentares nos habitantes da região, para estudos complementares sobre sua fisiopatologia e terapêutica. Abrir-se-á, dêsse modo, mais uma nova frente para o estudo desses problemas em seres humanos;
- f) comparar os dados obtidos com os observados em projetos similares realizados em outras regiões do mundo, de diferentes condições geo-econômicas e culturais, como a América Central, Filipinas, Terra Nova e outras;
- g) despertar o interesse das indústrias alimentares e químico-farmacêuticas sobre as vantagens recíprocas das investigações científicas de campo e de laboratório no setor da nutrição, encorajando-as a uma cooperação nesse sentido. A evidência dos resultados práticos de tal empreendimento, melhorando o estado nutricional das populações, capacitando-as a uma maior produtividade e a um acréscimo conseqüente do consumo de gêneros alimentícios, será a melhor prova dos possíveis resultados dessa cooperação. O mesmo acontecerá quanto ao esclarecimento da opinião pública sobre a importância dos princípios nutritivos e a ne-

- cessidade de sua suplementação nos casos indicados;
- h) demonstrar a possibilidade do aumento rápido do potencial de energia humana de uma região, de modo a proporcionar ao govêrno melhor base biológica para o estabelecimento das medidas de aspecto pròpriamente econômico, capazes de consolidar os sucessos inicialmente obtidos e permitir a progressiva ascensão do padrão de vida de seus habitantes. Êste exemplo servirá de incentivo para que projetos semelhantes se tornem atividades de rotina nos programas oficiais de saúde pública;
 - i) constituir a base técnica e experimental da "Campanha Nacional de Alimentação".

4 — PLANOS DE TECNOLOGIA ALIMENTAR APLICADA À SAÚDE PÚBLICA.

(Métodos e meios capazes de melhorar ràpidamente o estado nutritivo da população do país).

A Ciência da Nutrição dispõe atualmente de diversos métodos e meios capazes de melhorar ràpidamente o estado nutritivo de coletividades, os quais têm sido aplicados com reais proveitos em diversas partes do mundo.

Entretanto, para que estas práticas possam ser utilizadas entre nós se tornam necessários, além do conhecimento da experiência estrangeira, estudos e "testes" para seu ajustamento ao nosso ambiente ecológico e cultural.

Ê nesse sentido que a CNA, em colaboração com o I. N. U. B. e outras organizações científicas, traçou

um plano de estudos, o qual se desenvolverá paralelamente aos problemas de política alimentar já referidos, cujos resultados serão aplicados praticamente nestes programas.

Neste plano incluem-se:

A — *Plano sôbre Enriquecimento de Alimentos.*

O enriquecimento de alimentos, quer pela mistura de alimentos naturalmente ricos em princípios nutritivos (enriquecimento natural), quer pela adição, a certos alimentos de consumo geral, de substâncias minerais, vitamínicas e protéicas (enriquecimento artificial), é um dos métodos mais eficazes para corrigir deficiências nutritivas de coletividades.

Com efeito, tal prática é aplicável sem se tornar necessária a modificação de hábitos alimentares, sempre dificilmente obtida, sem a necessidade de grandes campanhas educacionais e com uma economia de tempo e de recursos financeiros bastante apreciável.

Contudo, suas indicações devem ser corretas, precisas, bem controladas, para que produzam os resultados satisfatórios desejados.

Em conseqüência, a CNA, de acôrdo com a orientação citada, reunirá os diversos estudos e práticas a serem realizados nesse sentido, em um "Plano sôbre Enriquecimento de Alimentos", no qual serão desenvolvidos os seguintes projetos:

- a) *Projeto para estudo de processos e fórmulas para o enriquecimento natural dos alimentos.*
O enriquecimento natural de alimentos é feito

pela mistura de dois ou mais produtos alimentícios de valor nutritivo reduzido, quando usados separadamente, mas que associados se complementam, corrigindo-se as deficiências de cada um.

O produto resultante transforma-se, então, num alimento de alto valor nutritivo, e quando esta associação é feita levando-se em conta os hábitos alimentares regionais, representa um poderoso fator para a melhoria do estado nutritivo da população, sem maiores interferências no aspecto econômico do problema.

Para a efetivação de medidas nesse sentido torna-se necessário:

— Coligir as fórmulas existentes e estudar outros tipos de mistura para o enriquecimento natural de alimentos.

— Realizar com êsse objetivo trabalhos experimentais nos setores de coquinária, panificação e industrialização de alimentos.

— Selecionar as melhores fórmulas, métodos e processos de enriquecimento que irão ser postos em prática em função dos hábitos alimentares regionais.

— Assegurar o consumo dos alimentos enriquecidos, através de uma campanha educacional adequada.

— Interessar e orientar as indústrias e instituições interessadas na produção desses novos tipos de alimentos.

- b) *Projeto para enriquecimento da farinha de mandioca.* A farinha de mandioca é um dos alimentos de consumo mais generalizado no país, principalmente nas regiões de menor desenvolvimento econômico e pelos grupos humanos mais empobrecidos.

Boa fonte de energias em consequência do seu alto teor em hidratos de carbono, este alimento é pobre, porém, em proteínas, sais minerais e vitaminas. Representa este fato um sério inconveniente para a cobertura das necessidades fisiológicas, nestes princípios, das populações da chamada área da mandioca, dado o grande volume com que habitualmente a farinha entra na composição de suas rações.

Não sendo possível, as mais das vezes, nem sob certos aspectos recomendável, a substituição da farinha de mandioca por outros alimentos hidrocarbonados mais nutritivos, como o pão, o arroz e a batata, pode-se, entretanto, corrigir em parte aquelas deficiências, enriquecendo-a pela adição de certos minerais e vitaminas que lhes faltam.

Esta prática é perfeitamente exequível, já tendo sido efetuada em caráter experimental no Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, onde à farinha de mandioca foram adicionados sais de ferro, cálcio e vitaminas B₁, B₂ e P_P, sem que surgissem modificações quanto ao aspecto, sabor e demais características organolépticas do produto.

O projeto em questão visa iniciar a produção industrial da farinha enriquecida. Para isto torna-se necessário em fábrica especial preparar-se um produto altamente concentrado, isto é, um tipo de farinha fortemente enriquecida — um “premix” ou pré-mistura, a qual será então distribuída aos moinhos produtores da farinha comum, para a ela ser misturado por método da maior simplicidade.

Dêsse modo passarão as populações da “área da mandioca” a receber, — sem modificação de seus hábitos alimentares —, uma quota adicional de ferro, cálcio, vitaminas B₁, B₂ e P_r, as quais contribuirão certamente para uma rápida melhoria de seu estado nutritivo.

- c) *Projeto para o enriquecimento de alimentos como milho, arroz e trigo* — Este projeto tem por fundamento os mesmos princípios expostos com referência à farinha de mandioca.

O objetivo é promover as medidas necessárias para o enriquecimento racional de outros alimentos, entre os quais o milho, o arroz e o trigo, de uso generalizado em certas regiões do país, não incluídas na área da mandioca.

De acordo com as taxas de consumo destes alimentos nas diversas zonas, serão selecionados aqueles que devem veicular os sais minerais, as vitaminas e possivelmente alguns ácidos aminados, necessários à correção das de-

ficiências nutritivas observadas nas respectivas populações.

- d) *Projeto de enriquecimento do leite com vitaminas lipossolúveis A e D* — O problema da produção e distribuição do leite no Brasil é daqueles que exigem solução imediata, porquanto dêle depende em grande parte a obtenção e manutenção de um bom estado nutritivo para nossa população infantil.

No projeto em questão serão estudados e postos em prática métodos para o enriquecimento de parte da produção leiteira com vitaminas A e D. Este leite fortificado será destinado às crianças que mais necessitam destas vitaminas, conforme fôr apurado nos inquéritos de estado nutritivo já em andamento.

Esse complemento alimentar, já em uso em países adiantados, concorrerá decisivamente para afastar os perigos do raquitismo e das perturbações oculares da carência de Vitamina A, capazes de produzir a cegueira, além de possibilitar o crescimento e desenvolvimento adequado desses seres em formação.

- e) *Projeto de enriquecimento do sal em iôdo, para combate ao bócio endêmico* — O bócio endêmico é uma doença largamente espalhada em certas regiões do globo e que em nosso país é encontrado, sobretudo, nas populações do planalto central e montanhas adjacentes.

Determinada pela falta de iôdo nos alimentos das citadas áreas, esta carência é uma das causas de debilitamento orgânico e psíquico daquelas populações, podendo mesmo levar alguns indivíduos à idiotia.

A profilaxia do bócio endêmico é um problema já resolvido em inúmeros países através da iodetação do sal de cozinha, por meio de métodos relativamente simples e de comprovada eficiência.

Apesar de ter sido este assunto debatido por várias vezes em nossos meios científicos e políticos, havendo mesmo projeto nesse sentido em curso no Congresso Nacional, as medidas necessárias à sua solução têm sido retardadas por certas razões dificilmente justificáveis.

A CNA, por meio do presente projeto, assume então uma atitude executiva em face do problema, promovendo os estudos de base para sua aplicação imediata, como sejam delimitação da área a ser atendida, a campanha educativa preparatória e o início da produção do sal iodetado através de convênios com as instituições indicadas.

- f) *Projeto de combate à anemia ancilostomática pelo enriquecimento de dietas em ferro* — A anemia ancilostomática é um dos fatores biológicos que mais contribui para a debilidade orgânica e, conseqüentemente, baixa produtividade do homem rural.

Esta doença, de alta incidência em nossas áreas rurais, sobretudo na região norte, consiste em uma anemia produzida pela carência de ferro resultante do parasitismo intestinal pelos vermes "ancilostomus duodenale" e "necator americanus", associado à alimentação deficiente neste mineral.

Os métodos de profilaxia até hoje empregados no combate a esta doença têm-se mostrado ineficazes, não se ajustando às condições culturais dos habitantes das regiões atingidas.

A interpretação patogênica da Escola Brasileira, considerando a ancilostomose sobretudo uma doença de carência, — carência férrica —, indica o emprêgo de novos métodos de profilaxia e terapêutica no combate à mesma, fato já comprovado em inúmeras observações clínicas e experimentais.

A CNA apresenta aqui um plano de combate à anemia ancilostomática baseado no conceito brasileiro da doença, isto é, pela medicação férrica, administrada de mistura a determinados alimentos básicos, dentro dos princípios das técnicas de enriquecimento alimentar.

Este plano será desenvolvido em duas fases: uma preliminar, de caráter experimental, onde serão apuradas as melhores técnicas para a aplicação prática do método a grandes coletividades e outra de ação nacional, na qual, sob a forma de campanha, se estenderão os

métodos escolhidos a tôda a população do país atingida pela doença.

Tal campanha terá como objetivos:

- a) corrigir, através de uma dieta enriquecida em ferro, um estado carencial largamente verificado nas populações rurais do Brasil;
- b) sanar, dêste modo, as perturbações orgânicas características da opilação;
- c) aumentar a produtividade do homem rural pela melhoria de suas condições sanguíneas.

Esta campanha também se poderá projetar no campo internacional, como exemplo a ser seguido por outros povos, do início de uma política biológica prática de soerguimento dos recursos humanos das áreas tropicais.

- g) *Projeto para administração de cloreto de sódio e tiamina a operários, a fim de diminuir os efeitos do calor e da fadiga* — Este projeto visa estudar, experimentar e aplicar as melhores formas e processos de suplementar a dieta dos trabalhadores, principalmente aquêles que atuam em ambientes de intermação, com o fim de diminuir os efeitos do calor e fadiga, garantindo-lhes a capacidade de trabalho.

Para isto, conforme o que já vem se executando em centros industriais progressistas, lhes será fornecido um suplemento alimentar

concentrado, sob a forma de comprimido, contendo o cloreto de sódio que os operários perdem pela abundante sudorese e também tiamina, vitamina com ação sôbre o trabalho muscular.

Dêste modo pode-se conseguir maior resistência à fadiga e efeitos menos desagradáveis pela ação do calor, contribuindo-se assim para diminuir o desconforto e os acidentes de trabalho provocados pela descoordenação neuromuscular que ocorre naquelas circunstâncias.

Indiretamente também esta prática poderá concorrer para diminuir o absenteísmo, melhorar a qualidade e aumentar o volume de produção e, conseqüentemente, levantar o valor do homem-hora.

Tais projetos, à semelhança dos demais planos, serão executados através de convênios com instituições científicas nacionais e estrangeiras, com a supervisão da CNA, que entrosará suas atividades com os outros planos em andamento.

B — *Plano de Pesquisas sôbre Solo e Nutrição.*

O ciclo nutritivo que governa todos os seres vivos, e do qual conseqüentemente participa o homem, tem seu início no solo.

À exceção do alimento gasoso — o oxigênio —, todos os outros, minerais, vegetais e animais provêm do solo.

Da sua composição, de suas características vitais, dependem a quantidade e a qualidade dos produtos alimentares de consumo habitual.

Indagar, portanto, a natureza destas relações nos solos do Brasil é construir as bases para uma política de aproveitamento racional da terra em função da riqueza nutritiva dos produtos nela semeados e visando a melhor nutrição de seus habitantes.

Este é o sentido do Plano de Pesquisas sôbre as características do solo e o valor nutritivo dos alimentos, a ser desenvolvido pela CNA, mais uma vez em colaboração com outros organismos científicos também interessados no problema.

4 — *Plano de estudos para a criação de novas indústrias alimentares e fomento à produção de alimentos de alto valor nutritivo.*

O processo geral de industrialização do país, modificando a relação entre produtores e consumidores de alimentos, impõe que essa industrialização se expanda em ritmo intensivo no setor dos gêneros alimentícios. A mecanização e racionalização da agricultura têm, é óbvio, como fase complementar, a industrialização da maior parte dos gêneros produzidos. Sômente dêsse modo é possível incrementar a produção daqueles gêneros, garantindo-lhes adequado aproveitamento e conveniente utilização, capazes de restabelecerem o equilíbrio entre o campo e a cidade, temporariamente desfeito pelo surto industrial.

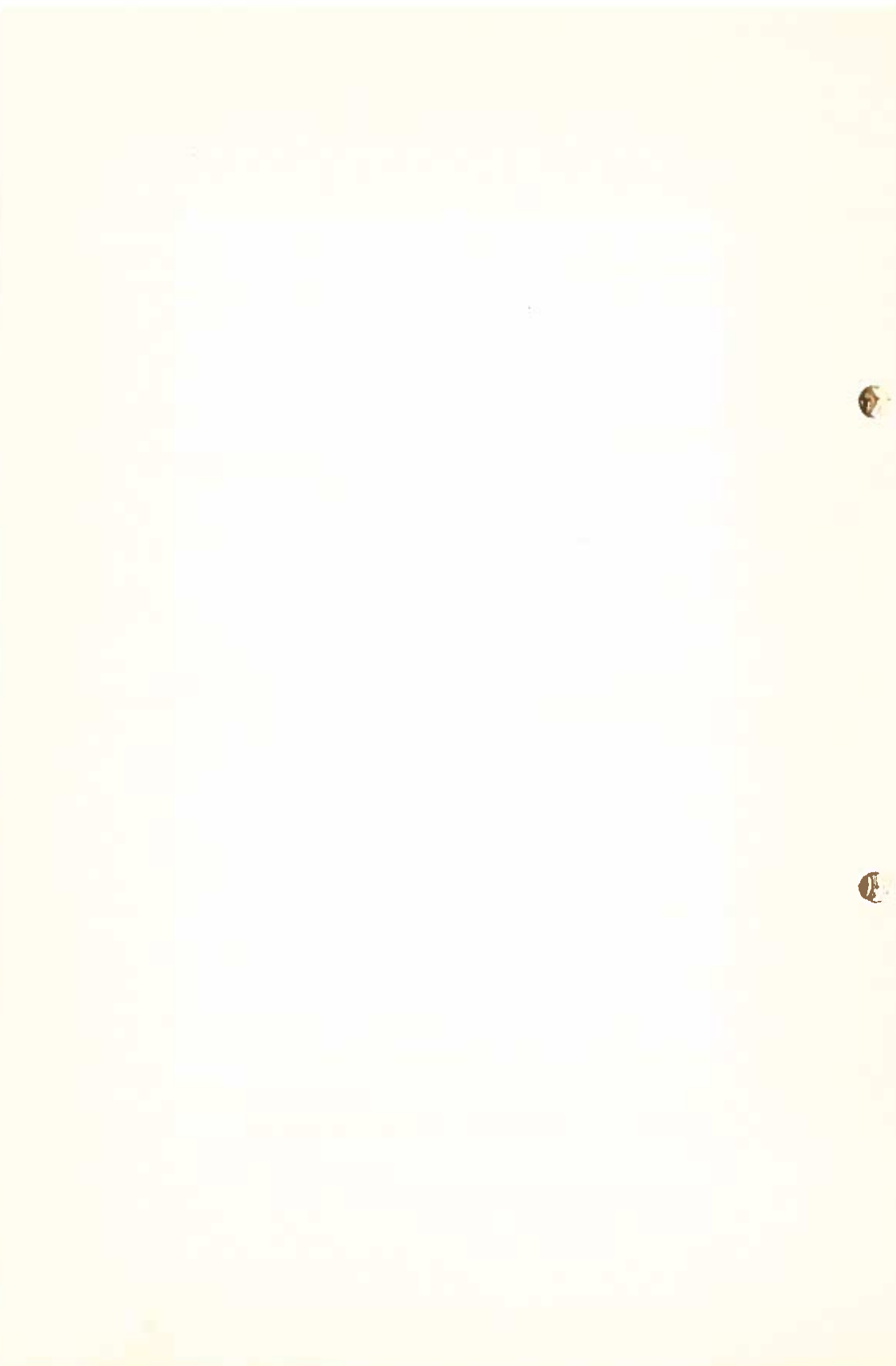
Entretanto, o desenvolvimento das indústrias de alimentos não pode ficar exclusivamente na dependência de interesses comerciais, visando o lucro. Mais do que em qualquer outro setor, essa industrialização deve ser orientada no sentido das reais necessidades da coletividade brasileira, porquanto se destina a cobrir exigências biológicas, específicas e inadiáveis, que, sintetizadas nos requisitos nutritivos individuais, expressam, no seu conjunto, as necessidades básicas de sobrevivência de toda a Nação.

Cabe, portanto, à CNA, como órgão responsável pela orientação da política alimentar nacional, realizar estudos de base, visando orientar a criação de novas indústrias alimentares, bem como a racionalização daquelas já existentes, e sugerir as medidas aconselháveis para o fomento à produção de alimentos de alto valor nutritivo.

5 — *Plano de Estudos sobre Alimentação e Defesa Nacional.*

Este plano, desenvolvido em colaboração com o Estado Maior Geral das Forças Armadas e os Serviços Militares de Saúde, tem por fim estabelecer as bases de uma Política Alimentar de Guerra, caso a Nação se veja envolvida, direta ou indiretamente, em qualquer conflito bélico.

Dêle participa também, como órgão técnico de pesquisas, o Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil.



CAMPANHA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO

1. *Fundamentos.*

A “CAMPANHA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO” a ser desenvolvida a partir de 1954 consistirá, principalmente, na extensão, a todo o país, dos “Planos Regionais de Política Alimentar”, iniciados na fase anterior, aplicando-se aos mesmos os métodos e práticas de assistência alimentar desenvolvidos nos projetos antes citados.

Alicerçada na experiência e nos resultados destes planos parciais, a “Campanha” contará, para o seu êxito, não só com um maior apoio das autoridades governamentais já convencidas das reais vantagens dos programas de política alimentar, como, também, terá a seu favor a opinião pública do país, cuja atenção estará alertada convenientemente para a solução do problema nutricional.

O desenvolvimento da “Campanha” será efetuado dentro do mesmo critério regional adotado para “fase preliminar”, podendo entrosar suas atividades com o programa de assistência e desenvolvimento dos municípios, já planejado pelo Governo Federal.

Competirá, então, à CNA, através da "Campanha", promover o fortalecimento das bases biológicas em que se assentará a política social e econômica de revalorização do homem brasileiro.

Simultaneamente com êstes programas, a CNA continuará e ampliará seus planos educacionais e de estudos e pesquisas, os quais representam a cobertura técnico-científica das realizações práticas em andamento.

2. *Organização.*

A extensão ao âmbito nacional dos planos regionais desenvolvidos nas áreas demonstrativas far-se-á progressivamente, adotando-se como critério de prioridade para a seleção das regiões a serem atendidas, entre outros, os seguintes fatores:

- A — Possibilidades do desenvolvimento econômico da região e efetivo propósito do governo em promover êsse desenvolvimento;
- B — Grau de incidência das carências nutritivas computado através de estimativas e inquéritos de emergência;
- C — Colaboração dos órgãos federais, estaduais e municipais interessados na região;
- D — Razões de Defesa Nacional.

CONCLUSÃO

EM conclusão, a Comissão Nacional de Alimentação, no desempenho de suas atribuições legais de “órgão incumbido de assistir o Govêrno na formulação da Política Nacional de Alimentação”, após os estudos de base que vem realizando, assim manifesta o seu pensamento e o seu plano de ação com referência ao problema alimentar brasileiro:

1.º — O problema alimentar, ou mais especificamente, a subnutrição, deve ser considerado o Problema n.º 1 de Saúde Pública no Brasil e principal fator, não só dos elevados índices de morbidade e mortalidade verificados no país, como também dos baixos índices de produtividade de grande parte dos trabalhadores nacionais.

2.º — Este problema, como bem precisou o Exce-lentíssimo Senhor Presidente da República em sua Mensagem ao Congresso Nacional em 1951, está “com suas raízes mergulhadas profundamente na estrutura econômico e social da Nação”, dependendo, portanto, a sua solução satisfatória de “adequadas reformas em nosso arcabouço econômico”.

3.º — A reforma sócio-econômica apta a resolver convenientemente a crise alimentar não é, entretanto, tarefa de pronta execução, visto estar ligada à solução de uma série de outros complexos problemas, entre os quais os de produção, transporte, industrialização e distribuição de riquezas do país.

4.º — Diante, porém, da gravidade do drama biológico do povo brasileiro no campo da nutrição, não é possível esperar-se a realização e os efeitos dessas reformas de base sem se incorrer em sérios riscos para a saúde coletiva.

5.º — Além disso, é a subnutrição um dos fatores do desenvolvimento insuficiente do país, constituindo-se, então, um círculo vicioso, que será desfeito mais facilmente se de início fôr atacado o problema nutricional.

6.º — Urge daí a execução de um plano capaz de atender com presteza às condições de saúde do povo brasileiro, o qual deve ter como fundamento a luta contra a subnutrição.

7.º — É neste sentido que a CNA apresenta o “Plano de Ação” aqui exposto, o qual, em conexão com o programa de estudos e pesquisas, em síntese, propõe:

A — Levantamento dos recursos alimentares e condições de abastecimento de cada região do país.

B — Inquérito sobre as condições nutritivas, hábitos alimentares e padrão sócio-econômico da população.

a) Programas de Educação Alimentar

- produção e industrialização local e doméstica de gêneros alimentícios;
- seleção e utilização racional de alimentos, etc.

b) Programas de Assistência Alimentar

- enriquecimento natural e artificial de alimentos, visando combater a subnutrição global e as carências específicas como as de cálcio, ferro, iôdo, proteínas e vitaminas;
- programas de merenda escolar e assistência alimentar aos demais estudantes;
- distribuição direta ou venda a baixo preço de gêneros alimentícios a determinados "grupos sensíveis" da população (crianças, gestantes, nutrízes, etc).

C — Estabelecimento de Planos Regionais de Política Alimentar baseados nas indagações anteriores. Nestes Planos serão aplicados métodos e processos de educação e assistência alimentar capazes de melhorar rapidamente o estado nutritivo das coletividades.

D — Nestes Planos Regionais serão também feitos estudos para recomendações aos órgãos competentes, visando os interesses da política alimentar, sobre a racionalização da

produção, industrialização e distribuição dos recursos alimentares de cada região, para o abastecimento local e nacional.

8.º — Confia a CNA em que um plano nestes moldes melhorará rapidamente o estado nutritivo da população brasileira e conseqüentemente o seu padrão de saúde e bem-estar, proporcionando ao Govêrno uma melhor base biológica para o desenvolvimento simultâneo de uma política social e econômica de salvação nacional.

